



As Lutas Pela Terra No Nepal: Do Feudalismo Ao Neoliberalismo

Por Pramesh Pokharel, para RAÍZES.

2025/09/24

Por gerações, a questão fundiária no Nepal tem sido o pilar central de seu cenário político e econômico. A luta pela terra é uma luta pela justiça, e sua história é uma prova da contradição persistente entre as promessas de reforma e a realidade da captura pela elite. Uma das razões para a recente revolta da Geração Z no Nepal é também a falta de acesso e controle dos jovens e da classe trabalhadora aos recursos, o que degradou o ambiente agrícola e resultou em uma forte emigração, enquanto as oportunidades de emprego dentro do país são limitadas. Embora a solução seja uma reforma agrária científica, também existem soluções falsas propostas em nome do “Banco de Terras”, do investimento estrangeiro direto na agricultura e da agricultura por contrato. A recente alteração da Lei da Terra (2025) também é a continuação da mercantilização da terra, em vez de proteger as terras aráveis e garantir o acesso dos produtores à terra.



Raízes feudais e reformas ineficazes

Antes da década de 1950, existia a propriedade feudal da terra no Nepal. A terra estava concentrada nas mãos da monarquia, dos governantes Rana, da elite aristocrática e de poderosos fundos religiosos (guthi). A grande maioria da população trabalhava como arrendatários, trabalhadores escravos (conhecidos como kamaiya) ou meeiros informais, presos em um ciclo de pobreza e exploração.

A Lei de Reforma Agrária de 1964 foi apresentada como uma solução. O governo do então rei Mahendra prometeu redistribuir a terra, estabelecendo limites máximos de propriedade e garantindo direitos de arrendamento. No entanto, conforme documentado por organizações como a Federação de Camponeses de Todo o Nepal (ANPFA), a reforma foi uma farsa burocrática. Lacunas e corrupção sistêmica permitiram que os proprietários de terras evitassem os limites máximos, transferindo terras para os nomes de vários membros da família. O resultado foi que uma quantidade mínima de terras foi realmente redistribuída, deixando intacta a estrutura fundamental da desigualdade. Desde então, nos últimos 60 anos, não houve nenhuma tentativa de reforma agrária.

Democracia e a crise agrária

O período pós-1990 de democracia multipartidária não cumpriu as promessas de uma reforma agrária abrangente. Esse fracasso tornou-se o principal motor da insurgência maoísta (1996-2006), que tirou sua força da crise agrária. Os camponeses, que viram suas esperanças de reforma repetidamente frustradas, aderiram a um movimento que prometia uma redistribuição revolucionária da terra. O Acordo de Paz Abrangente de 2006 refletiu essa pressão, comprometendo o Estado com uma “reforma agrária científica”.

A Constituição de 2015 consagra os direitos à propriedade, à moradia e à soberania alimentar para grupos marginalizados (Constituição do Nepal, 2015, Artigo 51). No entanto, uma década depois, a implementação continua sendo um sonho distante. Questões de dupla propriedade, arrendamento inseguro e registros cadastrais precários persistem, deixando milhões de camponeses sem posse segura da terra.

Na verdade, após a década de 1990, comissões fundiárias foram formadas repetidas vezes. Mas elas tentaram distribuir terras a alguns poucos quadros, enquanto muitas comissões nem mesmo conseguiram distribuir um único hectare de terra. Essas comissões enfraqueceram a demanda por reforma agrária.

A crise estrutural: fragmentação, concentração e apropriação



O sistema agrícola do Nepal enfrenta agora uma dupla crise: uma base fundiária em declínio combinada com uma desigualdade persistente na sua propriedade e controle.

Redução das propriedades e fragmentação

De acordo com o Censo Nacional Amostral da Agricultura 2021/22, o tamanho médio das propriedades rurais caiu para 0,54 hectares, ante 0,66 hectares em 2011/12. Essa fragmentação impressionante é ainda mais exacerbada pelo tamanho médio das parcelas, que caiu para apenas 0,19 hectares. Essa subdivisão da terra torna a agricultura moderna inviável, forçando os jovens a abandonar a agricultura em busca de emprego no exterior.

Declínio das terras aráveis

O mesmo censo relata que a área total cultivada diminuiu 12,2% entre 2011/12 e 2021/22, o que representa uma perda de aproximadamente 307.229 hectares de terras aráveis. Esta é uma consequência direta da urbanização não planejada, da expansão das infraestruturas e de um aumento significativo das terras temporariamente em pousio, que duplicaram entre 2011 e 2021, em resultado da migração da mão de obra e da negligência.

Grilagem de terras sistêmica

Enquanto os pequenos agricultores lutam contra a fragmentação, uma elite poderosa continua a acumular terras por meios ilegais. Escândalos de grande repercussão, como o caso da propriedade de chá Giri Bandhu, expõem a conivência sistêmica entre figuras políticas, burocratas e elites empresariais para transferir ilegalmente terras públicas e estatais para mãos privadas. No caso da propriedade de chá Giri Bandhu, a Suprema Corte anulou a decisão do governo de permitir que a propriedade trocasse uma área significativa de terra, alegando violação da Lei Fundiária (Rising Nepal, 2023).

A Emenda Fundiária de 2025 e o perigo dos bancos de terras

O projeto de lei recém-aprovado para alterar algumas leis nepalesas relacionadas à terra, de 2025, foi defendido pelo governo como uma medida progressista para resolver as questões fundiárias. No entanto, organizações de camponeses e agricultores, incluindo a ANPEFA, argumentam que se trata de uma solução neoliberal que só irá exacerbar a crise agrária.

A emenda introduz várias disposições importantes:



1. Cobertura legal para bancos de terras: a emenda fornece uma estrutura legal para o governo estabelecer bancos de terras, que administram terras “ociosas” ou em pousio. Embora o governo afirme que esses bancos promoverão a agricultura coletiva e formalizarão o uso da terra, os críticos argumentam que essa é uma “solução técnica para um problema político” (Via Campesina, 2024).
2. Proibição de negócios imobiliários em terras acima do limite máximo: No papel, a emenda restringe os negócios imobiliários em terras que excedam o limite máximo legal. No entanto, isso é visto como um gesto que provavelmente não será eficaz sem uma vontade política séria para aplicá-lo.
3. Circulação de terras excedentes: Os críticos estão preocupados com o risco de a emenda legitimar grilagens ilegais de terras no passado, criando novas categorias sob as quais terras públicas ou que excedam o limite máximo podem ser “circuladas” ou arrendadas por meio desses bancos de terras.

Da redistribuição à mercantilização

De acordo com a ANPFa e a Via Campesina, a introdução dos bancos de terras muda fundamentalmente o debate da redistribuição com justiça para a mercantilização e a financeirização.

Consequências do modelo de banco de terras:

1. Legalização de irregularidades: se terras que excedem o limite máximo ou públicas puderem ser circuladas por meio de bancos de terras, as apropriações e alocações irregulares do passado correm o risco de ganhar legitimidade, minando o espírito da reforma agrária.
2. Consolidação da desigualdade: os bancos de terras, por sua própria natureza, favorecem arrendatários com grande capital, que podem pagar pelo arrendamento de grandes extensões. Camponeses e trabalhadores sem terra, que não têm capital nem acesso institucional, serão excluídos. O modelo prioriza os investidores em detrimento daqueles que precisam de terra para sobreviver.
3. Redefinição de “terra ociosa”: A justificativa do governo para os bancos de terras baseia-se na premissa de mobilizar “terras ociosas”. No entanto, como muitos defensores dos camponeses apontam, muitas vezes a terra é deixada em pousio não por escolha, mas devido à falta de mão de obra, recursos ou capital, privando as famílias pobres de seus direitos.



4. Controle centralizado: a emenda centraliza ainda mais a gestão da terra, marginalizando os governos locais e os órgãos comunitários que estão em melhor posição para resolver disputas fundiárias e garantir o acesso equitativo.

O que uma verdadeira reforma agrária deveria significar

Uma reforma agrária genuína deve retornar ao mandato constitucional de justiça e redistribuição. Uma agenda verdadeiramente progressista, defendida pelos movimentos camponeses, deve incluir:

1. Redistribuição em primeiro lugar: identificar e redistribuir terras públicas que excedam o limite máximo, guthi e adquiridas ilegalmente para os sem-terra, mulheres, dalits e povos indígenas. A prioridade deve ser a concessão de títulos seguros, e não arrendamentos temporários.
2. Direitos de posse seguros: promulgar e aplicar leis fortes que concedam aos meeiros e arrendatários a propriedade legal, protegendo-os de despejos arbitrários.
3. Governança transparente e descentralizada: digitalizar os registros fundiários e torná-los acessíveis ao público, processar escândalos de grilagem de terras com aplicação igualitária da lei e capacitar os governos locais para gerenciar a distribuição de terras.
4. Proteger as terras aráveis: aplicar regulamentos rigorosos sobre a conversão de terras agrícolas para projetos urbanos ou comerciais e integrar a política fundiária com uma estratégia de desenvolvimento agrícola e soberania alimentar.

Conclusão

A Emenda Fundiária de 2025 abriu as portas para a comercialização da terra. Ela promoverá agendas de bancos de terras, representando uma perigosa mudança em relação a meio século de luta pela justiça fundiária. Ela corre o risco de consolidar as mesmas desigualdades contra as quais os camponeses e grupos marginalizados resistiram por décadas.

Em vez de uma ferramenta para a justiça e a soberania alimentar, o modelo do banco de terras ameaça se tornar um instrumento de acumulação por desapropriação, priorizando as forças do mercado em detrimento dos meios de subsistência de milhões de pessoas. Como a história do Nepal tem repetidamente demonstrado, reformas cosméticas não



podem resolver a questão agrária; somente um compromisso com a redistribuição, a segurança e a justiça pode cumprir a promessa constitucional feita ao seu povo.

No entanto, o recente projeto de lei, que foi apresentado no parlamento, também enfrentou críticas. Alguns membros do parlamento levantaram preocupações de que ele beneficiará as máfias fundiárias e não os beneficiários pretendidos. Apesar disso, o projeto de lei foi aprovado. A rápida pressão para aprovar o projeto também causou alguns conflitos internos dentro da coalizão. O projeto visa sistematizar a distribuição de terras e acabar com os assentamentos irregulares. As convulsões políticas no Nepal estão ligadas a reformas e projetos semelhantes em curso no país, que não são do interesse do povo nepalês, mas são realizados como parte das reformas neoliberais para o interesse das empresas e das potências globais.

Referências:

Constituição do Nepal. (2015). Obtida em

[<http://www.lawcommission.gov.np/en/wp-content/uploads/2021/01/Constitution-of-Nepal-English-Version-2015.pdf>](<https://www.google.com/search?q=http://www.lawcommission.gov.np/en/wp-content/uploads/2021/01/Constitution-of-Nepal-English-Version-2015.pdf>)

Governo do Nepal. (2022). Censo Nacional Amostral da Agricultura 2021/22 (Relatório Nacional). Disponível em

[[https://agricensusnepal.gov.np/upload_file/files/post/1694250757_1312300734_National%20Sample%20Census%20of%20Agriculture%202021_22%20\(National%20Report\).indd.pdf](https://agricensusnepal.gov.np/upload_file/files/post/1694250757_1312300734_National%20Sample%20Census%20of%20Agriculture%202021_22%20(National%20Report).indd.pdf)]([https://agricensusnepal.gov.np/upload_file/files/post/1694250757_1312300734_National%20Sample%20Census%20of%20Agriculture%202021_22%20\(National%20Report\).indd.pdf](https://agricensusnepal.gov.np/upload_file/files/post/1694250757_1312300734_National%20Sample%20Census%20of%20Agriculture%202021_22%20(National%20Report).indd.pdf))

Rising Nepal. (18 de junho de 2023). Supremo Tribunal anulou troca de terras da Giri Bandhu Tea Estate. Obtido em

<https://risingnepaldaily.com/news/38657>

The Kathmandu Post. (22 de agosto de 2025). Comissão da Câmara aprova projeto de lei sobre terras após meses de debate. Disponível em

<https://kathmandupost.com/politics/2025/08/22/house-committee-endorses-land-bill-after-months-long-debate>

Via Campesina. (10 de julho de 2024). O Nepal precisa de uma reforma agrária abrangente, não de bancos de terras. Disponível em

<https://viacampesina.org/en/2024/07/nepal-needs-comprehensive-land-reform-not-land-banks/>

